ATA N.º 14/2015

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS, REALIZADA A 14 DE SETEMBRO DE 2015

------No dia 14 de setembro de 2015, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de setembro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º, e na alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 -** ***Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município;***
- **PONTO 2 -** ***Apreciação e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do corrente ano;***
- **PONTO 3 -** ***Apreciação e votação da emissão de autorização prévia do compromisso plurianual referente a fornecimento continuado de combustíveis rodoviários, em sistema de Cartão Frota;***
- **PONTO 4 -** ***Apreciação e votação das propostas de manutenção do valor das taxas em vigor para o ano de 2016 e de manutenção da isenção das taxas (fixas) criadas ao abrigo do licenciamento zero para o ano 2016, da Tabela de Licenças, Taxas e outras Receitas Municipais;***
- **PONTO 5 -** ***Apreciação e votação da proposta de manutenção do valor das taxas administrativas e das taxas previstas no Artigo 106.º para o ano 2016, do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do Município de Lagos;***
- **PONTO 6 -** ***Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS no ano de 2016;***
- **PONTO 7 -** ***Apreciação e votação da proposta de lançamento de derrama a cobrar no ano de 2016;***
- **PONTO 8 -** ***Apreciação e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a aplicar no ano de 2016;***
- **PONTO 9 -** ***Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar no ano de 2016;***
- **PONTO 10 -** ***Obras em edifícios e arruamentos contratadas por concurso público ou por ajuste direto de empreitadas de obras públicas em curso e em vias de serem lançados;***
- **PONTO 11 -** ***Análise das deliberações e teor do concurso público provisório relativo ao Serviço A ONDA;***

------**ABERTURA DA SESSÃO**: Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 47

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
TSL	José Alberto Baptista
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

------**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade

------**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	António Marreiros Gonçalves	1 dia	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	1 dia	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta	1 dia	Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo
PSD	José Manuel Maia dos Santos	1 dia	Manuela José Goes Ferreira da Silva

------**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
CDU	Luís Carlos Carradinha Reis - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

------**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 298/2015 a 433/2015, inclusive.----------

------Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 225/2015 a 361/2015, inclusive.----------

------**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "O projeto A História Nas Nossas Ruas, visa mostrar a toponímia do Município de Lagos, numa perspetiva histórica e pedagógica, através de um ambiente dinâmico, valorizando a marca Lagos dos Descobrimentos, com a disponibilização de informação histórica relevante, ou simplesmente de curiosidades, sobre as ruas do Concelho. Esta nova plataforma

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 – Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

constará da criação de um site disponibilizando informação com a história de cada rua, topónimos antigos, georreferenciação, mapas, fotografias, biografias e algumas curiosidades, sendo ainda disponibilizadas as deliberações e regulamentos relacionados com a toponímia. Este projeto revela as potencialidades da toponímia e a sua grande utilidade, ainda mais hoje, com a facilidade que existe em pesquisar informação na internet. A História Nas Nossas Ruas é uma mais-valia para quem quer conhecer melhor a história de Lagos dos Descobrimentos, largamente referida na nossa toponímia. O site tratará inicialmente a cidade, tendo como principal objetivo a preservação da história e vivência de Lagos e será gradualmente alargado a todo o Concelho, permitindo a interação com os munícipes, escolas e entidades locais em geral. A interação é, aliás, um aspeto de grande importância no que respeita à recolha de contributos para enriquecer a informação, não só sobre as ruas que forem disponibilizadas nesta fase inicial, mas também sobre as que forem sendo colocadas no site. Também se realça a sua importância como recurso pedagógico, já que reúne conteúdos de diversas origens e natureza, que podem ser utilizados pela comunidade educativa. Assim e considerando o atrás exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 14 de setembro de 2015 delibere recomendar à Câmara Municipal: 1 - A criação do site A HISTÓRIA NAS NOSSAS RUAS - LAGOS DOS DESCOBRIMENTOS, conforme os objetivos e a metodologia expressos nos considerandos; 2 - Envolver neste projeto a Comissão Municipal de Toponímia, os agrupamentos escolares, a Fototeca Municipal, os Órgãos das Freguesias, as associações e munícipes do Concelho; 3 - Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social."----------
------O Sr. José Manuel Freire (CDU) fez a respetiva apresentação do documento.----
------Posto isto, passou-se à votação da Proposta de Recomendação.----------
------**DELIBERAÇÃO N.º 73/AM/2015**
------Aprovada, por unanimidade, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "O Serviço de Obstetrícia do Hospital de Faro anunciou a suspensão da assistência a grávidas durante os meses de agosto e setembro, nomeadamente na especialidade de medicina materno-fetal, nas consultas de referenciação às 38 semanas e nas ecografias do 2.º trimestre. Tal decisão deve-se à falta de médicos especialistas no Centro Hospitalar do Algarve. Ao mesmo tempo, reconhece o Serviço de Obstetrícia do Hospital de Faro, no seu comunicado, que «não é possível assegurar com qualidade e segurança todas as atividades deste serviço (bloco, ecografias e outras técnicas de diagnóstico, consultas e enfermaria)». Posteriormente, a Administração Regional de Saúde do Algarve anunciou que, a partir do dia 13 de agosto, iria garantir a realização das ecografias obstétricas, consultas de medicina maternofetal e consulta de referenciação às 38 semanas a todas as grávidas da região, recorrendo, para isso, à contratualizados dos serviços de um hospital privado da região algarvia. Esta situação é bem reveladora da contínua degradação do Serviço Nacional de Saúde no Algarve e no País, que se insere na estratégia do Governo de ataque ao Serviço Nacional de Saúde e favorecimento dos

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

estabelecimentos de saúde privados. Com esta estratégia, o Governo vai dando corpo a uma opção política, ideológica e programática – e não uma opção meramente conjuntural ditada pela crise – de criação de um sistema de saúde a duas velocidades: um serviço público desqualificado e degradado para os mais pobres, centrado na prestação de um conjunto mínimo de cuidados de saúde, e um outro, centrado nos seguros privados de saúde e na prestação de cuidados por unidades de saúde privadas, para os cidadãos mais favorecidos. Esta contínua degradação do Serviço Nacional de Saúde vai criando condições para a gradual transferência dos cuidados de saúde para os grandes grupos privados que operam no setor, transformando a saúde num negócio de alguns, quando devia ser um direito de todos. Pelo exposto, os leitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 14 de setembro de 2015, delibere: 1 - Protestar junto do Governo por este desrespeito ao Serviço Nacional de Saúde e pelos graves prejuízos e dificuldades assim criados às mulheres grávidas no Algarve; 2 - Exigir do Governo medidas urgentes para reforçar o quadro clínico dos hospitais de Faro, de Portimão e de Lagos, garantindo a estas unidades hospitalares condições para prestar a todos os cidadãos cuidados de saúde de qualidade, não só no período de verão como durante todo o ano; 3 - Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, ao Governo, à ARS Algarve, ao Centro Hospitalar do Algarve e aos órgãos de comunicação social."----------

------**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante a apresentação deste documento, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade	20.51

------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Moção.---

------**DELIBERAÇÃO N.º 74/AM/2015**

------Aprovada, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "A grande maioria das famílias portuguesas, com filhos em idade escolar, continuam a viver em agosto e setembro um autêntico sufoco, fruto da necessidade de adquirirem nesta altura do ano os manuais escolares e outro material didático, situação que se agrava quando confrontadas com uma situação económica e social marcada pelo desemprego, por baixos salários, aumento da pobreza, em que 1 em cada 3 crianças está em risco de pobreza ou exclusão social. De acordo com os dados do último Inquérito feito pelo INE, às despesas familiares em 2010/2011, os agregados familiares com crianças dependentes (36,6% do total de agregados familiares em Portugal), gastavam em média com a educação 1028 euros. Se atualizarmos este valor com os valores da inflação, o custo médio em 2014 para estes agregados, foi de 1082 euros. A Convenção assinada pelo Governo com a Associação de Livreiros, que, perante o

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

aumento anual do preço dos manuais em 2,6%, permitiu às editoras aumentarem 10,4% o preço dos manuais escolares desde 2012/2013, o que para as famílias se traduziu num aumento de cerca de 22 milhões de euros/ano. Portugal continua a ter níveis de abandono precoce e de insucesso escolar muito preocupantes, que sucessivos estudos confirmam terem origem nas dificuldades económicas e sociais da grande maioria dos agregados familiares, pelo que o acesso gratuito aos manuais escolares e outros meios didáticos, seria um importante contributo para combater o abandono e insucesso escolares. A Constituição da República Portuguesa comete ao Estado o dever de assegurar a todos o acesso ao ensino, garantindo a igualdade de oportunidades e a sua gratuitidade. O investimento das famílias portuguesas na Educação é já hoje o maior da UE e um dos elementos que mais pesa nesse investimento é a aquisição anual dos manuais escolares e outros meios didáticos. O facto de um agregado familiar que tenha um rendimento por criança superior a 419,22 (valor do IAS), ficar excluído dos apoios da Ação Social Escolar, impede condições de igualdade no processo de ensino/aprendizagem, entre as crianças e jovens a frequentarem o ensino obrigatório. O princípio constitucional da universalidade da escolaridade obrigatória e a sua gratuitidade também universal deverá ser um atributo do sistema de ensino português, à semelhança aliás, do que se passa em grande parte dos países europeus. O manual escolar impresso é ainda hoje um dos elementos mais utilizados e eficazes no processo de ensino-aprendizagem, embora cedendo algum espaço por força da evolução tecnológica e da utilização crescente de outros meios. O manual escolar destina-se primordialmente ao aluno, por isso deve – além de veicular conhecimentos – contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos jovens, sem recurso à memorização e reprodução fiel dos conteúdos, bem como estimular a sua atitude crítica perante a informação recebida. A entrega gratuita de manuais escolares a todos os alunos do ensino obrigatório, constitui um verdadeiro investimento para o futuro. Uma medida que – correspondendo a um acréscimo residual (um pouco mais de 2%) na despesa de funcionamento do orçamento do Ministério da Educação - seria uma séria contribuição para o cumprimento do preceito constitucional, para a redução do abandono escolar prematuro e, consequentemente, para o aumento do nível de escolaridade da nossa população, com reflexos positivos no desenvolvimento económico e social do País. Perante estes considerandos, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 14 de setembro de 2015, delibere: 1 - Exigir do Governo que defina a Educação como um valor estratégico fundamental para o desenvolvimento do País, com prioridade para um efetivo combate ao abandono escolar e ao insucesso escolar e educativo e à exclusão social e escolar, garantindo para o efeito o fornecimento gratuito de manuais escolares a todos os alunos do ensino escolar obrigatório; 2 - Dar conhecimento desta deliberação ao Governo, aos agrupamentos escolares, Conselho Municipal da Educação, Conselho Municipal da Juventude, Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho e aos órgãos de comunicação social."----------

------O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou se os considerandos da Moção se referem só ao atual Governo ou servem, igualmente, para o próximo Governo.-------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse "o Governo".----------
------O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que não conseguia descortinar a relação de falta de acesso aos manuais escolares com insucesso escolar. Referiu que vota a favor da Moção seja com o atual Governo, seja com outros Governos no Poder.----------
------**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.55

------Posto isto, passou-se à votação da Moção tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	11	5	3	3	1	1	**24**
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	0	0	**1**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 75/AM/2015**
------Aprovada, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.---
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "No dia 28 de agosto, a Associação Barlapescas esgotou a sua quota anual de captura da sardinha (728 toneladas) atribuída para 2015. Das mais de 50 mil toneladas de sardinha que eram capturadas há alguns anos atrás no País, Portugal esteve este ano limitado a 13 mil toneladas, sendo que só para a indústria conserveira nacional são necessárias mais de 30 mil toneladas. Esta limitação afeta ainda, no plano nacional, a atividade de mais de 2.000 pescadores e de cerca de 150 embarcações, levando muitos dos homens do mar e empresas a uma situação de grandes dificuldades. A política que tem vindo a ser desenvolvida nos últimos anos, de abate de embarcações, de redução do peso da pesca na atividade económica do País, de inteira submissão às imposições da União Europeia, deixa antever, quando em pleno verão o País deixou de capturar sardinha, uma séria ameaça à continuação da pesca do cerco, seja no Algarve, seja no resto do País. Lembramos que em 22 de agosto passado se reuniram em Peniche os Municípios de Matosinhos, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Setúbal, Sesimbra, Sines, Portimão, Loulé e Olhão, em que referiram, nomeadamente, que deve ser aumentada a possibilidade da captura de sardinha ainda em 2015 de forma controlada e sustentada, e igualmente que devem ser criadas medidas de acompanhamento para responder à interdição de pesca e imobilização das frotas a partir de agora. Não há economia do mar sem pesca, sem pescadores e sem se assegurar o rendimento desses homens de grande coragem, que todos os dias arriscam a vida no mar para ganhar o seu pão e abastecer o País. Perante esta situação, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

a 14 de setembro de 2015, delibere: 1 - Exigir do Governo que adote as medidas necessárias para uma real monitorização pelo Estado Português da quantidade de sardinha nas nossas águas (seja no Algarve, seja no resto do País) deixando de ficar dependente da opinião de instituições estrangeiras e que nada têm a ver com os interesses nacionais. 2 - Exigir do Governo que tome também outras medidas estruturais que garantam o rendimento dos pescadores e armadores e o desenvolvimento desta atividade produtiva, criando emprego, diminuindo a nossa dependência externa e assegurando o abastecimento de pescado não só para o consumo pela população, mas igualmente para a indústria conserveira nacional, evitando a atual importação de sardinha vinda de Espanha. 3 - Declarar a sua solidariedade para com as posições assumidas pelos 10 Municípios na sua reunião em Peniche em 22 de agosto passado. 4 - Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, ao Governo, aos 10 Municípios da reunião de Peniche, à Barlapesca, ao Sindicato dos Pescadores do Sul e aos órgãos de comunicação social."----------

------O Sr. Jorge Ferreira (LCF) sobre o assunto da Moção, disse haver falta de dados para que se possa tomar uma decisão sobre a matéria em causa. Referiu que defende os pescadores, mas os stock não são ilimitados, pelo que é da opinião que primeiro há que recolher dados antes de serem tomadas posições.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a medida tomada, tem como base um Parecer científico do Conselho Internacional para a Exploração dos Mares, que recomendou que a pesca de sardinha, nas águas ibéricas, não pode ultrapassar as mil quinhentas e oitenta e sete toneladas em 2016. Referiu que o Parecer não é vinculativo, mas o mesmo diz que a massa de peixe com um ano, ou mais, de idade, tem diminuído desde dois mil e seis, estando num mínimo histórico pelo que a quota de pesca tem de baixar, Por tudo isto, informou o voto contra do PSD na Moção apresentada pela CDU.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a Moção apresentada, vem na sequência da posição tomada por dez Municípios do País que se reuniram em Peniche, onde marcaram presença três Municípios do Algarve (Portimão, Loulé e Olhão). Referiu que os pescadores são os principais interessados em saber as capacidades reais dos stocks de pesca. Disse que o que é solicitado não é a apanha da sardinha sem limites, mas sim que seja feita uma monitorização correta.----------

------Posto isto, passou-se à votação da Moção tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	0	3	1	1	**17**
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	**3**
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	**5**

------**DELIBERAÇÃO N.º 76/AM/2015**

------Aprovada, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.---

------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "Considerando que a Constituição da

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

República Portuguesa, no nº. 2, do seu art.º 268.º, Direitos e Garantias dos Administrados, atribui, nomeadamente no seu ponto 2, "Os cidadãos têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos…" e no ponto 6, "Para efeitos dos n.ºs 1 e 2, a Lei fixará um prazo máximo de resposta por parte da Administração." Considerando que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que define o Regime Jurídico das Autarquias Locais, estabelece na alínea d), do ponto 2. do art.º. 25.º, Competências de Apreciação e Fiscalização, "Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o Município e sobre a execução de deliberações anteriores"; Considerando que a referida Lei n.º 75/2013, estabelece ainda na alínea s) do art.º 35.º, Competências do Presidente da Câmara Municipal "Responder, em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da Assembleia Municipal, aos pedidos de informação apresentados por esta;" Considerando que na alínea d) do art.º 14.º, Direitos dos Membros da Assembleia Municipal, do Regimento desta Assembleia para o mandato 2013/2017, estabelece "Fazer declarações políticas e apresentar, nos termos regimentais, pareceres, recomendações, projetos de resolução, propostas, requerimentos e moções, respeitantes a matérias da competência da Assembleia Municipal"; Considerando que a Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, que Regula o Acesso aos Documentos Administrativos e a sua Reutilização, estabelece no art.º 5.º, Direito de Acesso, que "Todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo"; Considerando que a referida Lei nº. 46/2007, define ainda no ponto 1 do art.º 14.º Resposta ao Pedido de Acesso, que "A entidade a quem foi dirigido o requerimento de acesso a um documento administrativo deve, no prazo de 10 dias: a) Comunicar a data, local e modo para se efetivar a consulta, se requerida; b) emitir a reprodução ou certidão requerida; c) comunicar por escrito as razões da recusa, total ou parcial, do acesso ao documento pretendido, bem como as garantias de recurso administrativo e contencioso dessa decisão; Considerando que desde outubro de 2013 que a Câmara Municipal mantém sem resposta vários requerimentos enviados pelo Presidente desta Assembleia Municipal, apesar de Membros da Assembleia, em diversas vezes, em reuniões deste Órgão, terem insistido por resposta junto da Câmara Municipal; Perante isto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 14 de setembro de 2015, delibere: 1. Manifestar junto da Câmara Municipal o seu desagrado e protesto pelo não cumprimento das disposições legais acima mencionadas, assim impedindo a Membros desta Assembleia o cumprimento cabal das suas competências; 2. Apresentar à CADA, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, queixa contra a Câmara Municipal de Lagos, por falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos, conforme consta do ponto 1 do art.º 15.º, Direito de Queixa, da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto; 3. Dar conhecimento desta deliberação à Câmara Municipal e aos órgãos de comunicação social."----------
------O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse concordar com os considerando e com

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

o Ponto 1 da Moção da CDU, no entanto discorda com o Ponto 2, uma vez que é da opinião de que os assuntos políticos devem ser resolvidos politicamente. Anunciou o voto a favor na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo registado o facto de não concordar com o Ponto 2 da mesma.----------
------O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse corroborar com o documento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU. Referiu ter lutado, ao longo do presente mandato autárquico, para que a transparência, a administração aberta, o acesso livre à informação e à documentação da administração municipal, com diversos requerimentos dirigidos à Sra. Presidente da Câmara Municipal e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Referiu que quem ler a listagem que acompanha a Moção, apesar da mesma não ser fidedigna, em alguns pontos, verifica que efetivamente a Câmara Municipal procura de negar o acesso à documentação, a que todos têm o direito de aceder. Disse ter solicitado à Sr. Presidente da Câmara Municipal que revogasse o Despacho que fez sobre o acesso aos documentos da Câmara Municipal, uma vez que o mesmo é uma vergonha para o Município. Referiu que os documentos produzidos pela Câmara Municipal são de acesso para todos, em particular de acesso aos senhores Vereadores e aos Membros da Assembleia Municipal, uma vez que estão em representação da população e esta, por intermédios dos mencionados, tem direito a saber o que a sua administração faz, como faz e aquilo que produz. Anunciou o voto a favor da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------
------O Sr. José Alberto Baptista (TSL) na sequência da sua anterior intervenção, corrigiu a sua intenção de voto para a abstenção.----------
------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse não ser com agrado que a CDU apresentou a presente Moção, mas depois de diversas chamas de atenção para a falta de resposta por parte da Câmara Municipal, a requerimentos dos Membros da Assembleia Municipal, outra alternativa não havia. Referiu que o que está a ser feito é dar cumprimento ao exercício da democracia.----------
------A Sra. Manuela Goes (BE) disse concordar com os considerandos da Moção apresentada pela CDU, e que iria votar favoravelmente, apesar de lamentar que se tenha chegado a este ponto, relativamente ao mencionado no Ponto 2 da Moção.-----
------A Sra. Sónia Melo (PS) disse que é da opinião de que a Câmara Municipal deve agilizar o acesso aos documentos aos Membros da Assembleia Municipal. Referiu que o PS estava na disposição de deixar passar a Moção se a CDU retirasse o Ponto 2 da mesma.----------
------O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse ter lutado para uma solução política , mas quando isso não é possível, então tem que se recorrer às autoridades judiciais, pelo que não faz sentido retirar o Ponto 2 da Moção da CDU, assim como não faz sentido a TSL arrepiar caminho, mas isso já é hábito.----------
------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o assunto da Moção em apreciação, a tinha deixado transtornada, tendo em conta que o mesmo é colocado pelo Grupo Municipal da CDU. Referiu que foi, com muita honra, em tempos idos, Membro desta mesma Assembleia Municipal, sendo que se lembra de que na altura, muitas questões eram colocadas à Câmara Municipal e as

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

mesmas por vezes eram respondidas por escrito, outras verbalmente e outras eram dadas através da Informação do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal. Disse ter a certeza que o Presidente da Câmara Municipal nunca sonegou informação à Assembleia Municipal. Assumiu que não foram dadas respostas formais a alguns Requerimentos elaborados por Membros da Assembleia Municipal, sendo que se penitência por isso e opinou que o Ponto 2 da Moção se deveria manter, ido o assunto para a CADA, assumindo depois o que tiver que assumir. Acrescentou que também já tinha colocado a situação à CADA. Relativamente aos Requerimentos elaborados pelo Grupo Municipal LCF, que têm feito uma enorme pressão sobre o Executivo em permanência e sobre os Serviços da Câmara Municipal, disse que é um assunto com outra dimensão, uma vez que o Sr. Membro da LCF, Jorge Ferreira, se queixou à Justiça, porque é da opinião de que a Câmara Municipal lhe sonega e não entrega, documentação. Disse que o Sr. Jorge Ferreira, num dos Requerimentos que solicitou, pediu cópias integrais, completas, de sete processo que pertenciam a mandato autárquicos anteriores e os quais são bastante extensos, encontrando-se no arquivo com dezenas de pastas, estando os mesmos disponíveis para consulta, mas não para cópias integrais. Disse que entre outros o maior exemplo é o processo do PDM de Lagos, que tem mais de trinta pastas e o qual foi retirado do arquivo e colocado numa sala, com técnicos municipais à disposição do Sr. Jorge Ferreira, que foi informado de que o processo estava disponível para consulta, não tendo o mesmo aparecido para consultar, nem tão pouco se dignado a responder a tal informação. Referiu que tinha perguntado ao requerente a finalidade das cópias integrais dos processos que menciona nos seus Requerimentos, para que se perceba qual o real interesse nos atuais autarcas, em processos antigos. Disse que depois disto tudo surpreendida ficou quando teve conhecimento que tudo isto tinha sido enviado para o Ministério Público, ficando a Presidente da Câmara Municipal indiciada de queixa de sonegação de informação, de possível corrupção, etc. etc.. Referiu que apesar de todo o respeito que tem pelos Membros da Assembleia Municipal, não via qual era o interesse dos mesmos, enquanto autarcas, em ter toda a documentação solicitada à Câmara Municipal.----------O Sr. Jorge Ferreira (LCF) sobre o acesso ao PDM disse que começou a pedir acesso ao mesmo em fevereiro de 2015 e sempre foi negado. Em relação aos outros documentos solicitados, tais solicitações serviam para chamara à atenção da Câmara Municipal não estaria a proceder da melhor maneira relativamente aos mesmos, devendo abrir um processo de averiguações interno, mas isso não foi o caminho seguido pela Câmara Municipal, tendo a autarquia optado por dar a conhecer aos envolvidos nos processos, os quais foram pedidos cópias integrais, dos Requerimentos feitos pelo Grupo Municipal LCF, o que o leva a concluir que a Câmara Municipal quer colocar tais pessoas contra o Movimento LCF. Afirmou ter sido ameaçado, pessoalmente, pelo Sr. Celestino Vermelho, no seguimento de tais ações.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o Sr. Jorge Ferreira tinha enviado um Requerimento à Câmara Municipal a solicitar cópias integrais de oito processos, sendo que anexado a tal Requerimento ia uma fotocópia

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

de uma ata de uma reunião de um condomínio, tendo pensado que tinha sido engano, mas ao ler o documento percebeu que em tal reunião não houve entendimento entre os condóminos e como o Sr. Jorge Ferreira representa um dos condóminos... Referiu que este assunto é de particulares e nada tem a ver com a Câmara Municipal, pelo que a Câmara deu conhecimento de tal procedimento aos envolvidos.----------

------O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou se a Câmara Municipal já tinha obtido resposta por parte da CADA, à questão colocada a esta Comissão pela Câmara, segundo informação da Sra. Presidente da Câmara Municipal.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Joaquina Matos, disse que o seu despacho ao Requerimento do Sr. Jorge Ferreira foi de que primeiro gostaria de saber a justificação do Requerente para o pedido e depois se tal justificação fosse plausível, perguntaria à CADA se Câmara Municipal teria que entregar cópias integrais dos processo solicitados, só que a resposta que recebeu foi de que o seu despacho tinha sido enviado para o DIAP de Faro, em nome da ética, do rigor e da transparência.----------

------O Sr. José Alberto Baptista (TSL) concluindo que ainda não houve resposta da CADA, solicitou acesso à mesma logo que chegasse à Câmara Municipal.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não estava a confundir processos judiciais com processos administrativos. Referiu que a Assembleia Municipal está em desvantagem em relação à Câmara porque esta já recorreu à CADA. Afirmou que a Assembleia Municipal não está a recorrer a um crime que "lese a pátria" ao recorrer à CADA para saber de um incumprimento de um artigo da Lei do Acesso a Documentos Administrativos, por parte da Câmara Municipal, fase a Requerimentos de 2013. Disse que o que é solicitado por um Membro da Assembleia Municipal, desde que que faça parte das suas competências, tem que ter resposta. Referiu que a lei refere que a Câmara Municipal tem dez dias para responder aos Requerimentos da Assembleia Municipal, sendo que se nesse espaço de tempo não responder, tem que justificar a ausência de resposta. Disse que a solicitação do PS vai no sentido de não ser cumprida a Lei, ou seja, de protestar, mas isso tem sido feito ao longo dos meses e esta Moção já é um patamar superior.----------

------O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que gostava de falar olhos nos olhos das pessoas e que gosta da política e é isso que o traz ao fórum Assembleia Municipal, a política e a componente cívica de participar na comunidade, onde tem o privilégio e a honra de estar inserido e participar. Referiu que esta comunidade tem Órgãos próprios, eleitos pela população, Assembleia Municipal, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesias, todos com as respetivas competências e todos com o dever de prestar serviço público, tendo como principal objetivo o bem comum, o bem-estar e a qualidade de vida das populações. Disse que se não fosse assim não havia justificação de todos estarem presentes no Órgão. Referiu que a CDU está a ter uma grande vitória política na Assembleia Municipal, uma vez que todas as suas moções foram aprovadas, que demonstra o mérito no trabalho efetuado, independentemente de nem todos concordarem com os documentos apresentados. Reconheceu o esforço da Câmara Municipal em dar

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

resposta, o mais breve possível, aos pedidos da Assembleia Municipal, não podendo dizer o mesmo em relação aos pedidos do cidadão em geral. Reportando-se à Moção em apreciação disse não se rever na queixa proposta, vendo com desagrado uma queixa entre dois Órgãos do Poder Local. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Mesa, disse que os Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, devido ao trabalho que a Assembleia Municipal tem, deveria ser repensado. Sobre a relação Câmara Municipal, Assembleia Municipal, sugeriu à Sra. Presidente da Câmara Municipal que fosse encontrada uma metodologia que fosse mais rápida nas respostas a dar à Assembleia Municipal.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que tinha ouvido atentamente a intervenção do Sr. José Valentim e que tinha achado que a mesma se tratou de um tiro de pólvora seca, tendo ainda tirado a conclusão de que o Sr. José Valentim estava a ver pior do que a sua pessoa.----------

------Posto isto, passou-se à votação da Moção tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	2	3	0	1	**6**
ABSTENÇÕES	12	5	1	0	1	0	**19**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 77/AM/2015**

------Aprovada, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.---

------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: "Caravela da Rotunda de S. João - Este equipamento de arte pública está inativo desde 2013, situação que não se compreende pois estando a funcionar dá cor à entrada da cidade. Como um importante fotógrafo a definiu, «Mais uma obra-prima dos nossos arquitetos, uma caravela de água transformada em rotunda na entrada da cidade a representar a história da cidade de Lagos e dos descobrimentos portugueses». Ou pelo que está no portal da Câmara Municipal, «Situada no Rossio de São João, esta fonte luminosa decorada com motivos de água com a forma das velas das antigas embarcações utilizadas nas viagens dos Descobrimentos - as caravelas - simboliza o importante papel desempenhado pela cidade de Lagos durante esse período histórico, bem como a sua ligação histórica, social e económica ao mar.» Como a caravela está desativada há cerca de 2 anos, a sua degradação tem sido gradual, podendo-se dizer que se encontra ditada ao abandono, ao esquecimento e ao vandalismo. Os eleitos do PSD propõem que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal que: - Proceda à reparação e coloque em funcionamento a caravela o mais breve possível."----------

------O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que votava a favor desta Propostas, mas com as condicionantes que irá fazer parte da sua intervenção relativamente à Informação da Sra. Presidente da Câmara Municipal, sobre este assunto.----------

------A Sra. Sónia Melo (PS) disse que a reparação do equipamento em causa está previsto fazer parte do Plano de Atividade para 2016 da Câmara Municipal.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 – Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

------O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que há informações que não chegam a todos os Membros da Assembleia Municipal.----------
------Posto isto, passou-se à votação da Proposta de Recomendação tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	3	1	1	**13**
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	**0**
VOTOS CONTRA	12	0	0	0	0	0	**12**

------**DELIBERAÇÃO N.º 78/AM/2015**
------Aprovada, por maioria, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.----------
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: "Vai arrancar mais um ano letivo e as famílias com filhos em idade escolar estão sujeitas a uma série de gastos em manuais e demais material escolar. Nesse sentido os eleitos na Assembleia Municipal pelo PSD, consideram que a Câmara Municipal deveria adotar como medida de incentivo à educação para o ano letivo 2015/2016 a oferta de um Kit escolar a todos os alunos do 1.º Ciclo, com a possibilidade de se estender a outros ciclos de estudo nos próximos anos. O Kit escolar para este ano letivo poderia ser composto por 1 caneta azul, 1 lápis, 1 borracha, 1 tubo de cola e 5 cadernos. Trata-se de medida simples de incentivo à educação, de apoio às famílias em momento de crise e ao mesmo tempo promove a dinamização da economia local, através da promoção do seu comércio. Os eleitos do PSD propõem que a Assembleia Municipal delibere propondo à Câmara Municipal que: - Promova a oferta de um kit escolar a todos alunos do 1.º Ciclo no ano letivo 2015/2016."----------
------A Sra. Paula Couto (PS) disse que esta é uma proposta que cai bem no seio da população escolar, só que é preciso perceber que o proposto não vem adiantar muito aquilo que a Câmara Municipal já entrega aos Agrupamentos de Escolas, porque o que é transferido da Câmara para os Agrupamentos, para além de garantir material escolar e livros para o escalão B, permite que os Agrupamentos com uma gestão cuidada, tenham nas salas mais materiais disponíveis para todos os alunos do que aquele que é proposto na Recomendação do PSD.----------
------A Sra. Manuela Goes (BE) disse que esta preocupação do PSD a tinha surpreendido, sobretudo quando apoia um Governo que contribuiu, drasticamente, para o empobrecimento das famílias. Referiu que este Kit cairia muito bem junto da população escolar, principalmente em altura de campanha eleitoral para as eleições legislativas. Perguntou se o Kit seria para todos os alunos do 1.º Ciclo, do ensino público e privado e como esta medida iria beneficiar a economia local.----------
------O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que o que é proposto na Recomendação, fez parte do programa eleitoral do PSD para as Autárquicas. Esclareceu que a ideia será entregar um Kit escolar a todos os alunos do ensino público e privado, independentemente do escalão que os mesmos tenham de apoio. Sobre a intervenção do PS disse que tem conhecimento de encarregados de educação que

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

tiveram que suportar este Kit.----------
------Posto isto, passou-se à votação da Proposta de Recomendação tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	3	1	0	**12**
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	**0**
VOTOS CONTRA	12	0	0	0	0	1	**13**

------**DELIBERAÇÃO N.º 79/AM/2015**
------Reprovada, por maioria, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.----------
------Declaração de Voto efetuada pela Sra. Manuela Goes (BE): "O nosso voto foi contra porque a Educação é constitucionalmente obrigatória e gratuita e não caritativa como se depreende desta Proposta do PSD. A Educação gratuita deve funcionar em todos os ciclos de ensino, pelo que achamos que esta Proposta, neste momento, para além de populista e oportunista prevê uma medida pontual e não a garantia de um direito."----------
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: "O desporto de uma forma generalizada está consagrado como um objetivo estratégico em qualquer Município. Foi nesse sentido que os eleitos do PSD decidiram realizar um levantamento junto das coletividades desportivas, procurando aferir de forma objetiva e clara a atual política desportiva do Concelho de Lagos. No levantamento que o PSD está a realizar junto dos diferentes clubes desportivos, tem sido comum a todos eles a necessidade de uma Câmara Municipal mais proactiva. Quer ao nível dos apoios financeiros para a prática desportiva (que têm sido quase nulos nos últimos anos), mas também consideram a Câmara Municipal como o parceiro ideal para apoiar e exigir a introdução de novos conceitos de gestão nos clubes desportivos, ou seja, a Autarquia não deve funcionar apenas como um "patrocinador" financeiro. Os eleitos do PSD concordam com essa perspetiva e consideram que é esse o caminho a percorrer para o evoluir da política desportiva do Concelho. Só associando as ajudas financeiras à promoção de uma verdadeira e transparente gestão dos clubes desportivos, permitirá a definição de critérios transparentes e imparciais na atribuição de apoios por parte da Autarquia. Não podemos continuar por mais tempo a fazer tábua rasa das coletividades que têm projeto, que assumem compromissos, que sabem gerir e depois são colocadas em patamares idênticos a outras que não o fazem. Temos consciência das dificuldades que as coletividades estão a passar, mas só com uma política desportiva concelhia, proactiva, rigorosa, transparente, monitorizada, mobilizadora e sobretudo participada poderemos assegurar a projetar o progresso e desenvolvimento desportivo em Lagos. Nesse sentido os eleitos do PSD, propõem que a Assembleia Municipal delibere propondo à Câmara Municipal a inclusão nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 a reformulação do Plano Desenvolvimento Desportivo do Concelho de Lagos, introduzindo e aprofundando um conjunto de eixos estratégicos, que consideramos

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

cruciais para a dinamização e evolução da política desportiva no Concelho de Lagos, nomeadamente: Eixo 1: Avaliar, potencializar e reforçar os apoios financeiros e outros, a conceder pela Autarquia às coletividades (clubes desportivos) que assegurem: - Uma gestão eficaz, eficiente e sobretudo transparente com demonstração pública de resultados; - A dinamização desportiva do Concelho e sobretudo das populações que o integram; - O fomento da prática desportiva de alta competição e que tenham dado contributos para a melhoria técnica das atividades federadas; - A promoção do desporto de lazer, manutenção e assegurem a prática às diferentes faixas etárias em espacial à população sénior e população portadora de deficiência; - A defesa do associativismo desportivo e a sua crescente autonomia financeira; Eixo 2: Introduzir critérios de atribuição de subsídios ao associativismo federado e não federado, que deverão objetivamente obedecer a fatores diferenciadores, como: - Escalão (privilegiando os escalões de formação em relação ao de seniores); - Nível competitivo (local, regional, nacional); - Número de atletas inscritos; - Número de técnicos e a sua formação; - Prestações das equipas e/ou atletas. - Promover apoios especiais para as atividades amadoras das associações e clubes desportivos; - Introduzir para além das medidas tradicionais de controlo (plano de atividade e respetivo relatório), como medida inovadora a utilização de questionários de avaliação desportiva e organizacional junto dos munícipes; Eixo 3: Apoiar de forma idêntica "projetos desportivos globais ou sectoriais" independentemente das associações ou clubes desportivos; Eixo 4: Apoiar e promover parcerias desportivas ao nível das diferentes coletividades desportivas existentes no Concelho; Eixo 5: O processo de apoio deve ser suficientemente flexível, de modo a permitir que os apoios sejam os mais adequados ao momento real do projeto de desenvolvimento desportivo a que se destinam."----------

------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse estranhar a apresentação desta Proposta, por parte do PSD, depois da Câmara Municipal ter reunido com os clubes, recentemente, onde ficou definido a estratégia para 2016, relativamente a esta matéria. Referiu que o texto apresentado estava confuso. Disse que o desporto é apoiado pela Câmara Municipal, dentro das possibilidades desta, e os clubes estão cientes de tal, pelo que considera o momento da apresentação desta Recomendação, inadequado.----------

------O Sr. Fernando Marreiro (PSD) pergunto à Bancada do PS sobre qual o Plano Estratégico para o Desporto no Concelho de Lagos.----------

------A Sra. Manuela Goes (BE) disse que a Proposta apresentada introduz algum rigor, transparência e previsibilidade na atribuição de subsídios, sendo uma boa Proposta, no entanto falta a definição da hierarquia de critérios e o Eixo 5 abre um regime de exceção, que é aquilo que o resto do documento procura que não exista. Referiu a não existência da diferenciação entre desporto amador e profissional, sendo da opinião de que o desporto profissional não deverá ser financiado pela autarquia.----------

------O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que o documento apresentado está bem elaborado, pelo que pensa que a Câmara Municipal irá tomar o mesmo em consideração. Anunciou o voto favorável na Proposta de Recomendação

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.----------
------O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que o PSD reconhece que existiram apoios, só que não vislumbra uma estratégia para o desporto, por parte da atual Câmara Municipal. Referiu que a Proposta não foi contra o que está a ser feito, vai sim no sentido de aperfeiçoar o que está a ser feito. Perguntou se o Plano Desenvolvimento Desportivo do Concelho de Lagos estava atualizado.----------
------O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, informou que o Plano Desenvolvimento Desportivo do Concelho de Lagos está a ser reformulado. Disse que todos os anos é feito o balanço da época anterior e delineada a estratégia para a época seguinte. Terminou dizendo que a intenção da Câmara Municipal, para a próxima época, é tentar dar mais apoio do que tem sido dado, dentro das possibilidades da autarquia.----------
------O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que nada do que foi dito durante esta apreciação, contraria o que está na Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.----------
------Posto isto, passou-se à votação da Proposta de Recomendação tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	0	1	1	**10**
ABSTENÇÕES	1	0	0	3	0	0	**4**
VOTOS CONTRA	11	0	0	0	0	0	**11**

------**DELIBERAÇÃO N.º 80/AM/2015**
------Reprovada, por maioria, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.----------
------Declaração de Voto efetuada pela Sra. Maria Clara Rato (PS): "Se calhar o melhor era o PSD ter repensado nesta hipótese, teria, eventualmente, reunido com a Câmara, ou qualquer coisa, no sentido de chegarem a um acordo, uma vez que.. desculpem lá, mas tenho mesmo de dizer isto, há Membros do PSD que são trabalhadores da Câmara e provavelmente, estarão a par do que se está a fazer a nível do desporto e do Plano Estratégico."----------
------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): "O motivo da nossa abstenção é de que defendemos outra solução para esta questão e já apresentamos, em devido tempo, na Câmara e que foi rejeitado, mas continuamos a defender a necessidade de ser criado o Conselho Municipal do Desporto que tenha um papel na preparação do novo Plano Estratégico do Desporto, portanto é por isto que nós tivemos este voto de abstenção. Também não queremos deixar de dizer que não é uma forma pontual, mas achamos que deveria ser no conjunto com todos os clubes e associações do Município numa intervenção juntamente com a Câmara, que esse documento deveria ser revisto e elaborado."----------
------O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte Declaração: "A TSL congratula-se com a publicação do Aviso 9 904/2015, de 31 de agosto de 2015, sobre a aprovação do PDM de Lagos, com entrada em vigor no dia seguinte à sua publicação no Diário da República." Seguidamente sugeriu ao Sr. Presidente da

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

Assembleia Municipal que, normalmente começa a votação pela Bancada da TSL, de vez em quando, começasse a votação pela outra ponta das Bancadas, para que a Bancada da TSL, em vez de ser sempre a primeira a votar, fosse a última.----------
------A Sra. Manuela Goes (BE) apresentou o seguinte Voto de Solidariedade: "O BE propõe que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 14 de setembro de 2015, delibere: - Aprovar um Voto de Solidariedade para com todos os refugiados que fogem das zonas de conflito, nomeadamente a Síria, o Iraque e a Líbia, e que procuram refugio na Europa, zona de paz e de garantia dos direitos humanos; - Cumprir 1 minuto de silêncio em memória a todos os que perderam a vida, principalmente no Mar Mediterrâneo, na tentativa de se refugiarem na Europa."------
------Não tendo sido alvo de qualquer tipo de intervenção passou-se à votação do Voto de Solidariedade.----------
------**DELIBERAÇÃO N.º 81/AM/2015**
------Aprovado, por unanimidade, o Voto de Solidariedade apresentado pelo Grupo Municipal do BE.----------
------Seguidamente foi cumprindo um minuto de silêncio em memória a todos os que perderam a vida, principalmente no Mar Mediterrâneo, na tentativa de se refugiarem na Europa.----------
------O Sr. Jorge Ferreira (LCF), evocando defesa da honra disse o seguinte: "Essas questões e esses pedidos não foram feitos por acaso, nem foram feitos em relação a nenhum assunto de que a Câmara não fosse conhecedora. Aliás, todos esses assuntos já foram debatidos, ou pelo menos alguns deles já foram debatidos nesta Assembleia por diversas vezes, foram falados aqui por diversas vezes e dizem respeito, no essencial: a questão da Buganvília, o que estava em causa era tão simplesmente isto, e se a Sra. Presidente acha que não tem relevância, que é os serviços municipais prestarem o serviço sem cobrança a uma entidade particular, se acha que está bem, pois Sra. Presidente continuo no mesmo caminho porque era isso que nós queríamos esclarecer. Quanto aos alvarás eles têm a ver, apesar de terem muitos anos, nomeadamente aquele que diz respeito à Torraltinha, que é o caso Giramar, um deles tem a ver com o caso Giramar, está aqui referido e tem sido aqui debatido por diversas vezes e para o qual nunca se encontrou solução e anda no ar, anda no ar, a possibilidade, a Câmara omitiu-se, deixou vedar a rua durante 3 ou 4 anos, portanto não embargou, não demoliu, e tem esses poderes, não pode negar que tem, não tem, porque tem, e mais do que isso, tem havido informações e parece que há uma proposta no sentido, pelo menos a informação dos serviços municipais, é no sentido de vender a rua a esta empresa que é detentora do empreendimento Giramar. E, portanto Sr. Presidente não estamos a falar no ar, nem de coisas que não têm relação com hoje, têm. Por outro lado, também nos chegam denúncias e queixas sobre determinados assuntos, nomeadamente sobre o assunto de um outro loteamento na Torraltinha onde está a ser feito, houve um pedido de alteração ao alvará, por uma empresa chamada Imodanúbio, cujo o sócio gerente, é o Sr. Celestino Vermelho, no qual se passaram coisas que não se deveriam passar e nós queríamos, precisamente, ter acesso a esse processo e a esses alvarás, porque realmente é um alvará muito antigo, para perceber os passos que levaram a que se

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

chegasse áquilo que está a suceder hoje. Portanto a explicação é simples, é esta. Não há nada aqui a esconder, não há nada aqui a querer coisas que não têm justificação e que os cidadãos não têm interesse em saber, têm. Outra informação que foi pedida foi nomeadamente sobre a questão das alterações feitas no prédio ali do Bago D' Uva, portanto também são coisas em que os cidadãos aqui da cidade falam, reclamam."----------

------**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 20 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 39 minutos.----------

------**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	5	2	3	1	1	**24**
ABSTENÇÕES	0	0	1	0	0	0	**1**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 82/AM/2015**:

------**Aprovada**, por maioria, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.----------

------**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-563-17.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto. ----------

------A Sra. Sónia Melo (PS) reportando-se ao facto de a Ponte D. Maria ter sido reaberta ao trânsito, questionou se havia algum estudo sobre o volume de trânsito para a zona da Meia Praia e se os acessos se iam manter como estavam com a Ponte encerrada. Disse que o programa cultural apresentado durante o Verão foi de boa qualidade, rico e variado. Realçou o facto da atribuição de bolsas de estudo por parte do Município, apesar de serem em número reduzido, é sempre melhor atribuir poucas do que nenhuma.----------

------A Sra. Manuela Goes (BE) congratulou-se com a melhoria da situação financeira da autarquia, com a implementação do Orçamento Participativo, a reabertura da Ponte D. Maria, a aprovação da atribuição de 25 bolsas de estudo, que revela preocupação social por parte do Município. Perguntou porque razão os bailes que se realizavam, no Verão, na Praça Luís de Camões, terem sido deslocados para a Praça do Infante. Constatou que mesmo com a abertura da Ponte D. Maria ao trânsito, as pessoas que moram na zona do Chinicato e de Odiáxere, ao saírem do supermercado Pingo Doce, têm que fazer uma grande deslocação para seguirem para

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

as zonas referidas, assim como as pessoas que vêm da cidade para o supermercado, têm igualmente que dar percorrer uma maior distância para aceder ao supermercado, pelo que perguntou se essa situação seria para manter. Acrescentou que a opinião do BE é de que o acesso que existe, mas que está encerado, deverá ser aberto para o bem da mobilidade. Perguntou o que a Câmara Municipal tem feito no sentido de beneficiar de fundos europeus do Quadro Comunitário de Apoio 2020, relacionados com a água. Perguntou ainda se a Câmara tinha algo planeado para a eventualidade de Lagos ter que acolher refugiados.----------

------O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte intervenção: "Sr. Presidente e respeitável Mesa da A M, Sra. Presidente da CM e demais membros da Vereação municipal, Caros companheiros, membros da AM de Lagos. Por opções de metodologia de análise à Informação da Sra. Presidente, a Coligação TSL vai concentrar os seus comentários, hoje, sob o signo da independência e da honra política da AM. A meio do mandato, a TSL não pode deixar de manifestar a sua insatisfação pelo modo como, seja a nível político – partidário, seja a nível institucional, se tenta menorizar a ação e as competências da AM. Por vezes, temos a sensação que, à medida que cresce a presidencialização da CM e o reforço dos poderes dos vereadores a tempo inteiro, vai decrescendo a importância política da AM, atingindo mesmo, quando a CM e AM são maioritárias, um esvaziamento que ofende a mente democrática e o poder participativo eleitoral. Espera a TSL que, por apatia dos membros eleitos da AM, à AM não venha a acontecer um dia o mesmo que aconteceu ao Conselho Municipal. Este fazia parte do artigo 253.º da CRP de 1977, mas, foi - se desagregando em várias Conselhos Municipais, perdendo a força e a vitalidade constitucional. Falou-se então, para o seu apagamento, que se tratava de um órgão corporativo. O que era, era um órgão de difícil controlo pelos executivos municipais, pelo que, sendo dividido em vários conselhos municipais, também corporativos, deixou de ter a força que lhe deu origem. Terá sido por acaso que o poder central recuou na eleição única dos dois órgãos municipais, não fazendo derivar da AM o Executivo municipal? Quem tem medo de quem? É face a esta perspetiva que a TSL vai abordar a análise do texto da Sra. Presidente da CM, deixando para a sessão do Estado do Município a sua contextualização política. Assim, a CRP determina nos artigos: Artigo 239.º - Órgãos deliberativos e executivos A organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial perante ela responsável. Que completa o estabelecido no Artigo 237.º - Descentralização administrativa 1. As atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, serão reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa. A Lei que regula estes dois artigos é a atual Lei n.º 75/2013, de todos nós conhecida, mas, muitas vezes esquecida, quanto às competências da AM. Para a colação desta noite, a TSL traz cinco comportamentos para os quais, a meio do mandato, não pode deixar de alertar; se, em alguns, a gravidade parece circunstancial, noutros, a sua visão poderá já vir a ser diferente. Enumeremos, então, por economia de tempo, os cinco comportamentos que, direta, ou indiretamente, se encontram no texto da Sra. Presidente. Alguns, ocasionalmente, já foram objeto de matérias no

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

PAOD, o que não invalida, ou anula, as posições da TSL. Delegações de competências; Geminações; Regulamentos Municipais; Respostas da CM a pedidos da AM; Espaços Públicos. Delegação de competências "Dando continuidade à nossa participação na AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, destaco a delegação de competências que foi efetuada a favor desta comunidade, no âmbito do projeto CRESC Algarve 2020…" Escreve a Sra. Presidente na página 3 da sua Informação. Esta afirmação levanta-nos a questão de legitimidade sobre esta competência em delegar numa entidade intermunicipal qualquer competência municipal. A Lei 75/2013, decreta na alínea k) do n.1 do Artigo 25.º "competências de apreciação e de fiscalização" da AM, o seguinte: Compete à AM, sob proposta da CM, "autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara municipal e a entidade intermunicipal". As reticências com a TSL ouviu a informação da AMAL sobre os fundos comunitários vão-se adensando, à medida que as competências municipais se vão esvaziando para a entidade intermunicipal; entidade intermunicipal que se vai convertendo em agência de projetos municipais, ou em empresa de projetistas, sobretudo em matérias de projetos comunitários, substituindo-se aos decisores locais. É significativa desta situação o ofício enviado pela AMAL à AM de Lagos, em 12 de Agosto, sobre o título de Plano Intermunicipal Algarve 2020, no qual a AMAL se define com "a capacitação que a AMAL se propõe assumir no próximo período de programação". Não quer a TSL assumir o papel de indignado leviano, mas, este tipo de delegação de competências não nos parece politicamente adulto. Geminações - Nota de Imprensa n.º 74 Data: 2015/06/09 Lagos de Moreno visitou Lagos de Portugal. O Município de Lagos recebeu, recentemente, a visita de José Alfredo Rosales de Santiago, de Lagos de Moreno (Jalisco – México), que veio acompanhado pelo Presidente de Lagos de França, no âmbito do Acordo de Amizade existente entre os Lagos do Mundo. Estreitar laços de amizade e reforçar a cooperação, ao nível institucional, cultural e educativo, foi o grande objetivo da visita. O citado Artigo 25.º da Lei 75/2013, na alínea t) do mesmo número, imputa competência à AM, sob proposta da CM, "Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países". A política de geminações, iniciada formalmente com a gestão PSD, na década de 90, merece ainda hoje o apoio e a atenção da TSL. Possivelmente, uma ação mais proactiva nesta matéria talvez tivesse podido ajudar na resolução da atual migração em curso do norte e centro de África para a Europa. Aproveitamos este momento para louvar os órgãos municipais de Lagos na sua solidariedade com todos os que, fugindo da guerra e do medo, procuram um mundo melhor, para uma vida melhor. Solidariedade, também, para as centenas de milhares de portugueses, sobretudo jovens, que também fugiram de Portugal para reencontrar a esperança de vida que o seu País lhes negou. Voltando às geminações, a TSL só quer lembrar à CM que, não sendo o único órgão representativo do Município, se comece a lembrar, aquando da visita de entidades representativas de cidades ou regiões geminadas, de convidar a AM para a receção pública e, não só, se o faz, o Presidente da AM. A AM tem uma Comissão de apoio à Mesa da AM, eleita pelo plenário da AM, pelo que, à guisa de não ser possível convocar todos os membros da

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

AM, a TSL recomenda à CM que convide a Comissão Permanente da AM para a receção oficial dos nossos visitantes geminados. O que se pode estender a outros atos públicos de relevo externo. Assim, além de vermos nas fotografias a solidão de 4 membros do Executivo nas receções oficiais, veríamos os restantes membros da CM, bem como os representantes dos 6 Grupos Municipais da AM. O que dava um ar mais democrático e mais genuíno à representação política de Lagos. Que fique claro que falamos na receção local, e não em eventuais viagens da CM a países ou cidades geminadas. Regulamentos Municipais - A Coligação TSL levantou dúvidas sérias sobre a futura intervenção da AM dos Regulamentos Municipais, de acordo com o n.º 1 do Artigo 142.º do novo CPR. E fê-lo, porque, se há uma única matéria em que a AM deixa de "apreciar e fiscalizar" a atividade da CM é, exatamente, é a dos Regulamentos e da sua vigência e temporalidade. A TSL já levantou aqui essa questão, requerendo à CM que elaborasse o Manual Municipal dos Regulamentos Municipais, mas assistiu ao modo anódino como o PS votou contra esta intenção da TSL. A CM vai, entretanto, informando em vários documentos, alguns dos quais estarão em discussão nesta sessão da AM, que tem um grupo de trabalho a tratar do assunto… Foi, pois, sem muita surpresa, em face da convicta menorização da AM, que lemos o parecer jurídico da ANMP sobre esta matéria, enviado a 13 de Agosto à AM de Lagos. Parece-nos um texto feito à medida dos interesses das CMs e denota bem a angústia freudiana de executivos que, periodicamente, têm que prestar contas à AM ou a ela recorrer para cumprir as suas propostas políticas, económicas e sociais. Basta ler com cuidado o eufemismo da seguinte frase do parecer da ANMP: "constituindo uma competência conjunta condicionada"; não percebemos o que quer dizer "competência conjunta condicionada", e porque contradiz a ideia de emissor conjunto com que a AM, na nossa opinião, é tratada no CPR. E se, doravante, a AM entender não participar no debate e aprovação dos Regulamentos Municipais, enquanto não lhe for reconhecida a categoria política de emissor dos mesmos? Discordamos, por isso, do parecer jurídico da ANMP, pelo que, para lhe respondermos, iremos apresentar proposta para um ponto da ordem do dia de uma próxima sessão da AM, se continuar a retardar a promessa da CM sobre a elaboração do referido Manual dos Regulamentos Municipais. Respostas da AM aos Documentos da AM. Apesar do que já foi dito esta noite sobre este assunto, a TSL mantém a sua intervenção. Na última reunião da Comissão Permanente, os Grupos Municipais continuaram a questionar o Presidente da AM sobre a inoperância da CM na resposta aos pedidos dos membros da AM, e mesmo aos da própria AM. Curiosamente, quando estávamos a analisar este ponto, chegaram algumas respostas da CM e, não sabe a TSL se por influência do debate levado a cabo na Comissão, a CDU apresentou no PAOD, um documento sobre essa matéria. A TSL absteve-se na votação desse documento da CDU, não pelos fundamentos do mesmo, que assina, mas, porque a TSL entende que, enquanto houver espaço de diálogo entre a AM e a CM, o assunto deve ser resolvido politicamente entre as partes, pelo que a queixa à CADA nos pareceu prematura. À TSL repugna o recurso a instâncias externas para solucionar problemas internos, sejam jurídicas, sejam administrativas, antes que se esgotem os meios políticos ao alcance da AM. Voltando à falta de

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

respostas da CM, a TSL já levantou esta questão outras vezes, sugerindo mesmo à Sra. Presidente que, a seguir à sua Nota Introdutória, colocasse na sua Informação a listagem dos pedidos da AM não respondidos e as razões da sua não resposta. Os serviços da AM podem colaborar, fornecendo a sua listagem, em tempo útil, aos serviços de apoio ao Executivo. Para concluir este ponto, e fazendo uma leitura da listagem dos serviços da AM, entre os que ainda não foram respondidos, a TSL quer só referir um pedido do movimento LCF, datado de 14/05/2015, que diz respeito ao parecer da ANMP sobre "…procedimentos de execução fiscal para cobrança de água". A TSL, devido ao comportamento da CM sobre o Regulamento da água, retirou de momento da sua agenda a questão da "execução fiscal", pelo que, antes que o mesmo regresse ao tempo político, solicita que o referido parecer da ANMP também lhe seja enviado, considerada a opinião da TSL sobre a ANMP já acima manifestada. Espaços públicos - Na Proposta para a Derrama em 2016, o setor social juntou à habitação social o arranjo dos parques infantis dos espaços públicos municipais. Esta sensibilidade social pelo espaço urbano parece algo anémica no que diz respeito a outras áreas da responsabilidade pelos pequenos espaços de bairro e de sítios. Na recente visita que fiz à ilha de Corfu, aquela imagem de mato e descuido que se espelha pela ilha, - ilha onde a bela Nausica, outrora, se enamorara do astuto Ulisses -, fez com que Lagos me viesse à memória. E, porque, aqui, nesta sala da AM, alguns Grupos Municipais já se deram ao trabalho de mostrar imagens desoladoras, de identificar a aridez de jardins locais, de denunciar a incúria política pelos espaços públicos, este assunto é também relevante na relação da CM com a AM. E não só o espaço - jardim, mas também o espaço – arte parece esquecido da CM, mesmo, e sobretudo, quando a AM lhe facilita a memória e apresenta recomendações sábias e pertinentes. Ainda na atual sessão, durante o PAOD, o PSD lembrou a prolongada inatividade da "Caravela da Rotunda de S. João". É do conhecimento da TSL que os custos de recuperação são elevados, mas, este facto não obsta a que se encontrem soluções urgentes para a solução do equipamento mobiliário artístico público que, felizmente, abunda pela cidade. E, ainda que pour cause, reveja-se a situação da obra de Mário Silva, à entrada da nova Ponte Dona Maria e faça-se a recolocação mais digna do torso de João Cutileiro, tão pisado pelas sandálias dos turistas. Para terminar esta matéria, alerto a CM que, para estas obras, seja para os espaços públicos, seja para os equipamentos - arte da Cidade, a TSL está disposta a reanalisar e a rever as suas propostas para a redução do IMI e da participação variável do IRS, caso o valor dessa redução seja aplicada naquelas duas ações. Assim terminámos esta primeira parte da nossa intervenção. Se houver ainda algum tempo regimental para TSL, pediremos a palavra para uma segunda intervenção sobre a Informação da Sra. Presidente da CM. Obrigado."----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por perguntar que conclusões foram tiradas do balanço feito sobre o ano letivo 2014/2015 e que perspetivas existiam para o novo ano letivo de 2015/2016. Perguntou que questões mais relevantes, a nível da Proteção Civil no Concelho de Lagos, tinha a Câmara Municipal para dar. Perguntou sobre o ponto da situação relativamente à extinção da Futurlagos e à receção de novos serviços por parte da Lagos-em-Forma.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que os bailes de Verão, organizados pela Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, foram transferidos da Praça Luís de Camões para a Praça do Infante, por questões logísticas, mas a Câmara Municipal tem mantido animação de rua na Praça Luís de Camões. Referiu que não se pode agradar a todos e se por um lado há comerciantes insatisfeitos com esta alteração, outros há que estão.----------
------A Sra. Ana Paula Viana (CDU) chamou à atenção para duas situações relacionadas com a rega de espaços verdes, junto ao Beco do Moleão e à rotunda do Pendulo, que estão a ser mal aproveitadas, uma vez que não regam os espaços verdes, mas sim a via pública.----------
------O Sr. João Luís Gomes (PS) perguntou como estavam a decorrer as votações relacionadas com o Orçamento Participativo. Sobre as obras que estão a ser realizadas no Centro Cultural, perguntou para quando estava previsto o termino das mesmas e qual a data prognosticada para reabrir o referido equipamento cultural. Salientou o rigor orçamental que a Câmara Municipal tem levado a cabo; despesas contidas, prazo médio de pagamento reduzido de 53 dias para 30 dias, o saldo passou a positivo, o que demonstra uma melhoria da situação financeira do Município.----------
------O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que foi com agrado que constatou que as contas da Câmara Municipal tinham passado de um endividamento excessivo para um saldo positivo de cerca de 5 milhões de euros. Referiu que este indicador pode ser sinónimo da existência de alguma folga na cobrança de receitas no ano de 2016, caso a Câmara Municipal assim o entenda. Disse que segundo as contas feitas pela LCF, existe um deficit de tesouraria na ordem dos 173 mil euros, pelo que perguntou qual a relação entre estes saldos. Referindo-se ao Orçamento Participativo, assunto que gostaria de ver abordado neste Ponto, disse que de participativo teve muito pouco, uma vez que a Assembleia Municipal e os Vereadores da Câmara Municipal, em regime de não permanência, não foram chamados para participar neste processo; ainda sobre este assunto disse que a fraca participação nas votações relacionadas com projetos apresentados no âmbito do Orçamento Participativo, a todos envergonha. Disse que muitos munícipes fazem chegar à LCF o seu descontentamento relativamente à limpeza urbana, às perdas de água, à manutenção de espaços públicos, etc. e os Membros da LCF têm confirmado tais lamentos. Referiu que obras feitas por outros Executivos anteriores a 2001, merecem do atual Executivo, uma olhar com mais atenção, no sentido de as preservar, como são os exemplos da rotunda da Caravela e do painel de azulejos de Mário Silva. Referindo-se ao Parecer da ANMP sobre o CPA, mencionado pela Sr. José Alberto Baptista, disse que o mesmo estava bem elaborado, uma vez que sendo o CPA uma norma de carater geral, não tem vocação, nem pode revogar uma Lei geral, ou seja, o Código de Procedimento Administrativo, não altera a Lei das Autarquias Locais. Quis com isto dizer que as alterações feitas ao Regimento da Assembleia Municipal, com base no CPA, estão malfeitas, pelo que as mesmas devem ser corrigidas. Sobre Regulamentos Municipais, disse que a competência da Assembleia Municipal, nessa matéria, é a da apreciação, sendo o Poder da iniciativa da Câmara Municipal.

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

Solicitou à Câmara Municipal que fornecesse à Assembleia Municipal cópia do Parecer da ANMP relativamente às mais valias provenientes da cobrança da água na fase de execução fiscal.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, sobre a maneira como se está a processar o trânsito no acesso à Meia Praia após a abertura ao trânsito da Ponte D. Maria, disse que a mesma é provisória, estando a ser estudada uma outra solução. Disse que a Ponte D. Maria não serve o Pingo Doce, a mesma serve para ligar as duas margens da Ribeira de Bensafrim e logo facilidade a acessibilidade. Relativamente ao acolhimento de refugiados, disse que é entendimento da AML, que se deve esperar por orientações do Governo relativamente a essa matéria. Disse que há todo o interesse em recuperar a rotunda da Caravela só que a mesma ainda não se verificou por questões de dificuldades financeiras, sendo que todo o equipamento precisa de ser revisto, pois o mesmo tinha uma elevada despesa mensal para estar em funcionamento, no entanto é intenção da Câmara Municipal, durante o ano de 2016, colocar o equipamento a funcionar, depois de reabilitado. Referiu que a extinção da Futurlagos continua dependente de Parecer do Tribuna de Contas. Relativamente à má programação da rega de alguns espaços verdes, é uma constatação, mas os serviços procuram que tais situações não se verifiquem, procurando corrigir os erros detetados. Sobre o Orçamento Participativo, disse que apesar de ser a primeira vez que o mesmo é apresentado, a participação da população foi interessante. Disse, referindo-se à limpeza urbana, que nem todos os veículos que têm o dístico da Ecoambiente, estão ao serviço da Câmara Municipal, uma vez que a Ecoambiente também presta serviços contratados pela Algar.----------

------O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que a recuperação financeira da Câmara Municipal está a ser conseguida, na sequência de um grande esforço de todos, em especial no não investimento de despesas de capital, refletindo-se tal situação nas obras não realizadas, sendo a rotunda da Caravela um exemplo de tal. Acrescentou que o facto de o prazo de pagamento ter passado, no final de 2013, de mais de 300 dias, para no presente ser de cerca de 30 dias, é sinal que a recuperação financeira está a ser conseguida. Disse ainda que o facto desta melhoria da situação financeira do Município ser melhor não significa que a despesa não tenha que ser controlada e de que não tenha que ser procurada formas de adquirir receita para fazer face aos compromissos assumidos. Referiu não ter percebido a questão da LCF sobre a situação financeira.----------

------O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que na Informação da Sra. Presidente da Câmara Municipal é da a informação de que existe um deficit de tesouraria de cerca de 173 mil euros.----------

------O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, esclareceu que o Mapa Resume de Receitas e Despesas Previstas e Realizadas tem que ser construído de uma determinada maneira, não estando contabilizado o saldo de gerência transitado a 31 de dezembro de 2014, o que significa que a esse saldo, que foi perto dos 4 milhões de euros, tiveram que ser retirados os 173 mil euros no período

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

compreendido entre 1 de janeiro e 31 de julho de 2015, isto em termos de tesouraria. Sobre a pouca participação dos autarcas no processo do Orçamento Participativo, disse que como primeiro ano de orçamento Participativo nem Lagos, o entendimento foi que o mesmo fosse para os cidadãos participassem sem grande intervenção dos políticos. Disse que gostava de ter tido mais projetos e mais pessoas a participarem neste processo do Orçamento Participativo, mas para primeiro ano a participação não foi tão má como é dito.----------

------**SAÍDA DE MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, ausentou-se, em definitiva, na sala o seguinte Membro da Câmara Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador	23.41

------A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, disse não existir, ainda, o balanço do ano letivo 2014/2015, no entanto as escolas de Lagos, a nível de sucesso escolar dos alunos, estão no bom caminho. Referiu que o esforço feito pela Câmara Municipal, a nível da educação, no ano letivo 2014/2015, foi grande, sendo que o maior problema com que se debateu e debate, tem a ver com os recursos humanos. Relativamente ao ano letivo 2015/2016 disse que o mesmo estava planeado. Informou que o amianto das antigas instalações da Escola Básica do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico, n.º 1 de Lagos, conhecida como o antigo Ciclo, tinha sido retirado e que a obra de requalificação da escola Primária n.º 3 de Lagos, a P3, iria avançar em 2016. Referindo-se à questão do Kit escolar tratada no Período Antes da Ordem do Dia, informou que a Câmara Municipal tinha aumentado a verba a atribuir a cada aluno do escalão 1 e 2, transferida para os agrupamentos escolares, em 5 euros, abrangendo cerca de 50% da população escolar. ----------

------O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, sobre a questão relacionada com o abastecimento e fornecimento de água, disse que independentemente das candidaturas a apresentar no âmbito dos fundos comunitários, a Câmara Municipal está a desenvolver esforços no sentido de dar resposta a situações emergentes e que precisam de uma intervenção profunda. Referindo-se à rotunda da Caravela, disse que se trata de um equipamento que tem custos elevados para o manter em funcionamento, mas que está a ser estudada a melhor maneira para o requalificar e voltar a coloca-lo em funcionamento, com custo mais baixos. Sobre incêndios florestais no Concelho de Lagos, no presente ano, disse que a situação tem sido bastante calma, sendo que para essa situação tem contribuído o trabalho de prevenção que tem sido feito pela Associação Terras do Infante. Relativamente à rega de espaços verdes, disse que muitas das vezes o que se verifica são fatores alheios aos Serviços, pois as bocas de regra são desviadas e assim não cumprem a sua função. Sobre a melhoria da situação financeira da Câmara Municipal, disse que a mesma irá permitir que sejam feitas algumas obras que tiveram inicio, mas que ainda não foram concluídas.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, referindo-se às obras do Centro cultural, disse que estão a ser realizadas obras de beneficiação, mas

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

que ainda vai haver mais novidades a nível de equipamentos uma vez que ainda foi conseguido um financiamento europeu para tal.----------
------**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.----------
------**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.----
------**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 6 de outubro de 2015, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, ainda no Ponto 1 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 4 minutos, da madrugada do dia 15 de setembro de 2015, declarado encerrada esta Reunião.----------
------Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.----------

.....

.....

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com